

Imaginário não basta: para entender a construção do território brasileiro

Camila Dias

Camila Dias

é doutoranda em *Histoire et Civilisations* pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS- Paris). E-mail: camila.dias@usp.br

Maia, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FVG, 2012, 222p.

João Marcelo Ehlert Maia leciona Sociologia na Escola Superior de Ciências Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc – FGV), do Rio de Janeiro. Foi no âmbito desta instituição que realizou a pesquisa que deu origem ao livro *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*, cujo tema manteve-se fiel aos parâmetros de suas investigações a respeito da relação entre a categoria geográfica “espaço” e o pensamento social brasileiro. De fato, o resultado é uma continuação de sua tese publicada em 2008 – *A terra como invenção* –, na qual analisa o conceito de espaço durante a Primeira República e a importância dessa categoria na interpretação do país por intelectuais importantes como Euclides de Cunha e Vicente Licínio Cardoso.

Tendo à mão o arquivo de João Alberto Lins de Barros, doado ao Cpdoc em 1997, Maia adota como objeto deste novo livro a relação entre a construção do imaginário espacial e as práticas do Estado no território, cristalizadas nos projetos geridos pela Fundação Brasil Central (FBC). Trata-se de um corpus documental significativo: João Alberto Lins de Barros foi o primeiro presidente da FBC, órgão criado em 1943 e vinculado ao projeto varguista de integração do interior do território brasileiro ao desenvolvimento nacional, conhecido por “Marcha para o Oeste”. O interesse do autor com a pesquisa desse fundo é o de verificar a maneira como o repertório cultural que forjou a imagem do Brasil Central conformou as práticas estatais administradas por essa Fundação.

Trata-se de um livro curto, de linguagem acessível e cuja estrutura é esclarecida pelo autor a cada passo. O primeiro dos cinco capítulos chama a atenção para o fato de que o Estado Novo não inaugurou a regulação estatal sobre o território (a Comissão Rondon é exemplo desse tipo de iniciativa durante a Primeira República), mas de fato intensificou o investimento financeiro e burocrático sobre ele. Esse investimento se deu por um conjunto de iniciativas que visava colonizar espaços do interior do país tidos como “vazios”, de maneira a consolidar a presença do Estado e a promover o desenvolvimento social – a “Marcha para o Oeste”. Entre essas iniciativas estavam a “Expedição Roncador Xingu” e vários outros projetos tocados pela Fundação Brasil Central.

Esclarecido o contexto, o segundo capítulo trata especificamente da criação da Fundação e de seus quadros burocráticos. Nele, Maia toma como objeto as redes de amizade e o ambiente intelectual dos primeiros funcionários da instituição. Descobre, com isso, uma afinidade com o movimento tenentista e com o comunismo, uma espécie de “experiência afetiva e intelectual comum” de seus primeiros integrantes, que marcaria a FCB com uma ideologia nacionalista, combinando um olhar geopolítico sobre o território e uma narrativa romântica sobre os agentes estatais e seu papel.

As ferramentas intelectuais que conformaram essa visão vinham do que o autor chama de “repertório cultural” sobre o Brasil Central, objeto de análise do terceiro capítulo, o mais longo de todo o livro. Chegamos ao ápice do seu trabalho, onde o autor se empenha em analisar as imagens espaciais associadas à região. Ele identifica em obras de naturezas diversas – relatos de viagem, relatórios, ensaios geográficos e romances – um discurso comum que enfatizava a vastidão, a indefinição e os mistérios do Centro-Oeste brasileiro, por um lado e, por outro, a decadência, a insalubridade e a precariedade econômica. Um romantismo aventureiro associado a um olhar colonizador, e ambos fundamentados em uma ideologia bandeirista e uma perspectiva liberal ávida por racionalizar a exploração de um espaço de dimensões imprecisas, como forma de consolidar a presença do Estado e integrar o país ao capitalismo mundial pela ação do próprio Estado.

O quarto capítulo volta-se novamente à Fundação e trata da maneira como as imagens analisadas no capítulo anterior foram apropriadas pela linguagem burocrática da instituição. O esforço de análise recai agora sobre relatórios, projetos e correspondências internas, identificando nesses textos exatamente as mesmas características anteriormente discernidas no repertório cultural que se forjou sobre a região central do Brasil: um olhar colonizador, que tinha um projeto modernizador e a mesma ideologia bandeirante, expressa tanto em relatórios internos, como no texto dos irmãos Villas Bôas sobre a “Marcha para o Oeste”.

Até aqui temos uma análise coerente do repertório cultural que conformou a imagem espacial da região Centro-Oeste do Brasil. Essa é sem dúvida a tônica do livro, o interesse maior do autor: ainda que os dois primeiros capítulos se proponham a tratar de contexto, eles também contêm elementos de análise de discurso que procuram entender a construção dessas imagens espaciais e que se acumulam às análises dos terceiro e quarto capítulos, específicas sobre o tema.

Já o capítulo quinto, o mais curto de todos, trata do “saldo” das principais iniciativas lançadas pela FBC, especialmente os projetos do Setor Norte (pois a Fundação também se ocupava da Amazônia) e a “Expedição Roncador Xingu”. Revela-se aí o caos financeiro e a desordem administrativa de uma instituição que contava com apenas pouco mais de quatro anos de vida e já não mais conseguia se equilibrar em sua própria estrutura burocrática.

Neste momento, o autor se propõe a enfrentar uma questão metodológica, a do recorte temporal – e, de fato, o próprio capítulo se denomina “Em busca de um fim para a FCB”. Pois, se Maia tomou a Fundação Brasil Central como objeto, não foi para entender a instituição em si, senão a maneira como a imaginação espacial “modelou” as práticas estatais. Portanto, não lhe servia como marco final a extinção da FBC em 1967, o que o levou a propor dois recortes que representariam “duas vidas” da instituição: uma primeira institucional, que iria até o início década de 1950, a partir de quando sua “capacidade de criação burocrática” teria se esgotado; e outra cultural, que teria perdurado muito além de 1967, pois, segundo o autor, a história dessa instituição é representativa dos dilemas contemporâneos do Estado brasileiro.

Sua conclusão é a de que a história da FCB é uma história cultural da formação do Estado brasileiro e de suas linguagens (p. 201). Interessa-lhe o fato de o Brasil ser um país periférico, no qual, como em outros da mesma natureza e diferente de países “centrais”, não só o espaço constitui elemento importante da afirmação do Estado, mas também o próprio Estado se toma como grande responsável pelo desenvolvimento econômico e social do país. Esse modelo de desenvolvimento está ainda hoje presente na posição na

qual o Brasil se coloca na economia mundial, onde o território e as oligarquias rurais têm papel preponderante. “Estado Leviatã”, ainda que de várias cabeças, na visão de João Maia, ele marcha sobre seu próprio território, como uma condição de sua própria conformação. “Essa acumulação constante é, na verdade, a forma de o Estado brasileiro se legitimar, produzindo sujeitos sociais e projetos de nação” (p. 193).

Embora interessantes, essas conclusões, no entanto, fundamentam-se antes em argumentos de autoridade do que em suas próprias fontes históricas. Maia não chega a analisar efetivamente os projetos e as práticas da Fundação, senão apenas o que teria sido o discurso ideológico contido nos seus documentos internos. Por outro lado, elenca informações curiosas sobre a instituição ao longo do livro, especialmente no capítulo quinto. O autor nos mostra, por exemplo, que desde 1943 – quando a instituição foi fundada –, até o início de 1947 – no final da gestão de João Alberto Lins de Barros –, a Fundação se incumbiu de construir cidades, usinas, estradas, colônias de povoamento, campos de pouso, ferrovias, entrepostos comerciais entre outros projetos; tudo isso num território de contornos indefinidos e com um estatuto jurídico ambíguo, entre órgão público e fundação de direito privado. Abordou também a isenção de impostos, direito de dispor livremente das terras necessárias para a realização de seus objetivos sem ter que negociar com poderes locais... O recorte mais pertinente talvez fosse o fim da gestão de João de Barros, que deixou como saldo para seu sucessor projetos falidos e uma dívida de 10 milhões de cruzeiros.

Mas o autor preferiu se concentrar nos primeiros anos da agência “por acreditar que nesse tempo poderia capturar com mais intensidade e riqueza dramática essa relação, bem com os efeitos por ela produzidos”. Ao final da gestão de João de Barros sucederam-se numerosas “tentativas de reinvenção” da instituição que, no entanto, não teriam logrado retomar os tempos de “ousadia e aventura” que caracterizaram os seus anos iniciais. Com isso, tem-se a impressão de que o autor se convence do discurso que ele próprio analisa, esquecendo-se de avaliar de perto os interesses por detrás dessa “ousadia e aventura” que teriam marcado os primeiros anos da Fundação.

Já quanto à indefinição da área de atuação da FCB, ela foi denunciada por um de seus antigos funcionários, Carlos Telles, como maneira de permitir apropriações de terras sem grandes contestações. Embora sejam citadas, essas denúncias passam à margem da análise de Maia, mais preocupado com o processo de construção do imaginário sobre aquele espaço, para alimentar a sua tese de que essa indefinição teria permitido à Fundação “inventar” a região na medida em que o percorria.

De certa forma, seu ponto de chegada é sua premissa: a ideia de que o imaginário espacial *modela* as práticas estatais. O “caso da Fundação Brasil Central” não é, portanto, mais do que um pretexto dispensável para o verdadeiro e claro interesse do autor de entender, não a relação entre imaginário espacial e prática estatal, mas especificamente a construção do imaginário espacial em si. Por isso suas fontes vão muito além do arquivo pessoal de João de Barros, e são esses os textos, do capítulo terceiro, os quais o autor efetivamente se empenha em analisar.

Se o seu ponto de partida fosse o inverso – o de que práticas modelam o discurso –, nesse caso, as escolhas analíticas, discursivas e o resultado seriam certamente outros. Se fosse de fato questão de analisar a instituição, haveria que discernir por quais verdadeiros interesses, para além do imaginário espacial construído, seus quadros burocráticos negociaram os milionários projetos geridos por ela própria. Independentemente da

conclusão a que se chegasse, por certo, mais atento estaria o autor à relação entre um espaço de atuação indefinido, um estatuto jurídico ambíguo, uma dívida de 10 milhões e projetos falidos. Destrinchar essas relações, por outro lado, talvez levasse o leitor a compreender outros aspectos, igualmente contemporâneos, das práticas de intervenção do Estado no desenvolvimento econômico do país.

390

Ao final da leitura, o imaginário espacial do Centro-Oeste resulta claro, e o balanço certamente será positivo se não prevalecer no leitor a vontade de compreender efetivamente o caso da Fundação Brasil Central.

(Recebido para publicação em março de 2013)

(Aprovado para publicação em novembro de 2013)

Cite esta resenha

DIAS, Camila. Imaginário não basta: para entender a construção do território brasileiro. Resenha do livro: *Estado, território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central*, de João Marcelo Ehlert Maia. Rio de Janeiro: FVG, 2012, 222p. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e) anos da Universidade Federal Fluminense e do Núcleo de Estudos em Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 7, pp. 386 – 390, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.